

CONCURSO PÚBLICO 0184-DGCP-2020

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO À AUTORIDADE DE GESTÃO DO COMPETE 2020

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Concurso Público tem por objeto a Aquisição de serviços para apoio à Autoridade de Gestão para o COMPETE2020, nas áreas de Auditoria, Planeamento e Monitorização, Informática, Comunicação, Áreas Operacionais, Instrumentos Financeiros e Gestão de Recursos, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

Cláusula 2.^a

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos, apresentam-se e adotam-se as seguintes definições:

- CCP – Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua redação atual;
- Contrato – Contrato a celebrar entre a Entidade Adjudicante e a Entidade Adjudicatária nos termos do presente Caderno de Encargos;
- Órgão competente para a decisão de contratar – Secretário de Estado Adjunto e da Economia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho e Despacho n.º 12483/2019, publicado no D.R., n.º 251, 2ª série, de 31.12.2020;
- Entidade Adjudicante – Estado Português, através da Secretaria-Geral da Economia/Compete2020;
- Entidade Adjudicatária – Entidade a quem é adjudicada a execução do contrato.

Cláusula 3.^a

Preço base

1. O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela aquisição dos serviços que constituem o objeto do presente procedimento é de 213.703,04€ (duzentos e treze mil setecentos e três euros e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, escalonado da seguinte forma:

Lote	Designação	N.º de Recursos	Valor estimado
Lote 1	Auditoria	1	20.683,84 €
Lote 2	Planeamento e Monitorização	1	20.683,84 €
Lote 3	Informática	1	25.200,00 €
Lote 4	Comunicação	1	19.600,00 €
Lote 5	Áreas Operacionais	4	20.683,84 € x 4 = 82.735,36 €
Lote 6	Instrumentos Financeiros	1	19.600,00 €

Lote 7	Recursos Financeiros	1	25.200,00 €
--------	----------------------	---	-------------

2. O valor máximo mensal para cada lote e por recurso não pode exceder 2.800,00€ (dois mil e oitocentos euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.^a

Prazo

1. Os contratos a celebrar para os lotes 1, 2 e 5 entram em vigor a 20-05-2021, ou caso não seja possível, a partir da data da sua assinatura e vigorarão até 31-12-2021.
2. Os contratos a celebrar para os lotes 4 e 6 entram em vigor a 01-06-2021, ou caso não seja possível, a partir da data da sua assinatura e vigorarão até 31-12-2021.
3. Os contratos a celebrar para os lotes 3 e 7 entram em vigor a 01-04-2021, ou caso não seja possível, a partir da data da sua assinatura e vigorarão até 31-12-2021.
4. Os contratos manter-se-ão em vigor até total cumprimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 5.^a

Local da prestação de serviços

Os serviços a efetuar pelo Adjudicatário serão prestados nas instalações da Autoridade de Gestão do COMPETE 2020 sitas no Edifício Expo 98 na Avenida Dom João II, Lote 1.07.2.1, 3.º piso, em Lisboa, e nas sedes ou delegações de entidades beneficiárias quando necessário.

Cláusula 6.^a

Obrigações da entidade adjudicatária e especificações técnicas

1. O adjudicatário obriga-se a uma prestação de serviços de apoio técnico às unidades orgânicas da Autoridade de Gestão do COMPETE 2020, prestado através da colocação/alocação de recursos humanos nas instalações do Compete 2020.
2. Os recursos a alocar deverão ser no mínimo portadores de um grau académico correspondente à licenciatura.
3. Deve o adjudicatário cumprir com as condições fixadas para a execução dos serviços, agindo com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência.
4. A prestação do serviço deverá contemplar, por lote, as atividades e as condições mínimas, respetivamente previstas nos Anexos I e II que aqui se dão por integralmente reproduzidos.

5. As tarefas a realizar decorrerão no período normal de trabalho, devendo os recursos estar disponíveis em todos os dias úteis da semana, ou seja, de segunda a sexta-feira, com o horário das 09h30 às 17h30.
6. Toda e qualquer alteração, no que respeita ao recurso alocado, carece de uma aprovação prévia por parte da Autoridade de Gestão do COMPETE 2020.

Cláusula 7.^a

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

1. Pagar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da receção da fatura, o preço do contrato em conformidade com a cláusula 3.^a.
2. Nomear um gestor de contrato, nos termos do nº 1 do artigo 290º-A do CCP, pela gestão do contrato, a celebrar ao abrigo do presente procedimento e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação.
3. Monitorizar a prestação de serviços, no que respeita às condições da prestação e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento.

Cláusula 8.^a

Preço contratual e Condições de pagamento

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço previsto, constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que não pode ultrapassar o preço base previamente estabelecido.
2. O valor referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à SGE/COMPETE2020, incluindo as despesas de transporte.
3. A faturação será mensal em prestações de igual valor.
4. Desde que devidamente emitidas as faturas serão pagas no prazo de 30 dias, após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome de COMPETE2020/GAFMETD – Secretaria Geral da Economia, com referência ao número de identificação fiscal 600.081.125 e ao número de compromisso constante no contrato, e remetidas por meio electrónico para o endereço de e-mail: Faturacao.DSF@sgeconomia.gov.pt ou via CTT para a Av. da República, nº 79 C, 1069-218 Lisboa.
6. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à Entidade Adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a

Entidade Adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

7. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura será paga através de transferência bancária, após a verificação dos formalismos legais, em vigor, para o processamento das despesas públicas.

8. O atraso no pagamento das faturas confere ao fornecedor o direito de exigir juros de mora, nos termos legais.

Cláusula 9.^a

Revisão de preços

Não é permitida a revisão dos preços propostos, em circunstância alguma, durante a execução do contrato.

Cláusula 10.^a

Fiscalização, Controlo e Avaliação do Serviço Prestado

A entidade adjudicante tem direito à fiscalização, controlo e avaliação dos serviços prestados, para poder aferir se os mesmos estão a ser prestados de acordo com o contrato a celebrar.

Cláusula 11.^a

Subcontratação e Cessação da Posição Contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da sua posição contratual, depende da autorização prévia da entidade adjudicante, nos termos art.º 318º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.^a

Outros Encargos

Todas as despesas derivadas da prestação das cauções e seguros se a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 13.^a

Caução

1. Há lugar à prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88º do CCP, no caso de o contrato a celebrar ser igual ou superior a 200.000,00€ (duzentos mil euros).

2. Nos termos do n.º 1 do art.º 89º do CCP é aplicada uma caução no valor de 5% do preço contratual.

3. Não há lugar a prestação da caução para o caso de o contrato a celebrar ser inferior a 200.000,00€ (duzentos mil euros).

4. Em tudo o que não esteja contemplado nesta cláusula face à caução, aplicar-se-á os artigos 88.º, 89.º e 90.º do CCP.

Cláusula 14.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a manter sigilo, sobre toda a informação de que venha a tomar conhecimento, por via direta ou indireta, no âmbito da prestação em causa e vincula-se a não utilizar essa informação para outros fins que não aqueles destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

Cláusula 15.^a

Dados Pessoais

1. O adjudicatário obriga-se a efetuar um tratamento lícito, leal e transparente dos dados pessoais.
2. Os dados pessoais devem ser recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, bem como, ser adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário, devendo ser apagados, findo o tempo necessário para a finalidade para o qual foram recolhidos, apenas podendo ser comunicados/transmitidos à Direção Superior da Secretaria Geral da Economia.

Cláusula 16.^a

Gestor do Contrato

1. A entidade adjudicante designa a Dra. Carmen Lopes Vieira, gestora do presente contrato, que tem a função de acompanhar permanentemente a prestação dos serviços objeto do presente contrato.
2. O gestor do contrato deverá proceder nos termos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, de modo a aferir os níveis de desempenho do adjudicatário, a execução financeira, técnica e material do presente contrato.
3. Em caso de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve o gestor comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

Cláusula 17.^a

Notificações e Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das partes, indicados no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração dos elementos de contacto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato a celebrar fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.^a

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações previstas no presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e cujo valor poderá ser até 20% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. Os incumprimentos deverão ser denunciados por escrito no prazo máximo de 48 horas a contar do seu conhecimento, e dados a conhecer à Entidade Adjudicatária por fax, e-mail ou através de correio em carta registada com aviso de receção.

Cláusula 20.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.^a

Legislação Aplicável

Em tudo o que for omissa e que suscite dúvidas no presente contrato, reger-se-á pela lei geral aplicável aos contratos administrativos, bem como ao regime jurídico do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável em razão da matéria.

Anexos:

Anexo I- Atividades a desenvolver;

Anexo II – Condições mínimas dos recursos a alocar.

ANEXO I

As atividades a desenvolver

Lote	Designação	Atividades a desenvolver
Lote 1	Auditoria	- Acompanhar o apoio a Projetos em diversas áreas, desde científica, tecnológica, empresarial na óptica dos fundos comunitários; - Elaboração de relatórios de Auditoria de Controlo e Reperformance; - Acompanhamento de Relatórios de auditoria realizadas pelas Autoridades de Auditoria e Certificação.
Lote 2	Planeamento e Monitorização	- Tratamento e análise de bases de dados complexas; - Acompanhamento de indicadores de resultado em diversas áreas; - Análise financeira e tratamento de indicadores empresariais.
Lote 3	Informática	- Administração de Sistemas - Gestão dos recursos informáticos e comunicações; - Apoio informático aos utilizadores internos; - Testes aplicacionais; - Resposta a pedidos de suporte externos – Beneficiários.
Lote 4	Comunicação	- Manutenção do funcionamento dos canais de comunicação com o público: Suporte /Balcão 2020 e email institucional; - Atualizar os conteúdos do site do COMPETE 2020; - Efetuar relatórios de monitorização dos canais e garantir a gestão dos Avisos depois de publicados em articulação com as áreas de negócio
Lote 5	Áreas Operacionais	- Participar na elaboração em regulamentação diversa com participação ativa em grupos de trabalho; - Preparar os Avisos para apresentação de candidaturas, referenciais, guias e respetivas aplicações informáticas; - Análise de candidaturas e pedidos de pagamento, nas áreas de gestão direta pelo POCl, quando aplicável; - Validar a conformidade dos pareceres sobre as candidaturas (articulação com Organismos Intermédios - OI) e assegurar a conformidade das decisões de financiamento dos projetos; - Elaborar propostas de decisão de financiamento dos projetos a submeter à Comissão Diretiva; - Analisar pedidos diversos e propor decisões à Comissão Diretiva; - Acompanhar a execução dos projetos selecionados e assegurar o cumprimento das normas nacionais e comunitárias aplicáveis; - Análise das conclusões e recomendações das ações de controlo (auditorias, verificações no local) e elaboração de contributos p/ contraditório; - Contributos na preparação de relatórios, manuais de procedimentos e outros documentos de gestão e controlo; - Assegurar a prestação de esclarecimentos aos beneficiários e demais stakeholders; - Articulação com entidades externas (tutela, OI, POR e outros).
Lote 6	Instrumentos Financeiros	- Participar na elaboração de regulamentação diversa, com participação ativa em grupos de trabalho; - Participar na elaboração de avisos, fichas de produtos de instrumentos financeiros, acordos de financiamento; - Participar na construção, manutenção e melhoramento do sistema de informação dos instrumentos financeiros, na ótica do utilizador; - Análise de candidaturas e pedidos de pagamento dos instrumentos financeiros; - Validar operação de investimento em beneficiários finais, relatórios de intermediários financeiros de fundos assegurando o cumprimento das normas nacionais e comunitárias; - Participar nas ações de verificações no local dos instrumentos financeiros; - Elaborar propostas de decisão à Comissão Diretiva; - Análise de conclusões e recomendações das ações de controlo e elaboração de contributos para contraditório; - Contribuir na preparação de relatórios, manuais de procedimentos e outros documentos de gestão e controlo; - Assegurar a articulação e prestação de informação e esclarecimentos aos beneficiários e demais stakeholders.
Lote	Recursos	- Apoio à elaboração e acompanhamento de instrumentos de gestão da Autoridade de Gestão do POCl (COMPETE

7	Financeiros	2020); - Efetuar verificações administrativas e os controlos de gestão, bem como dar apoio a outras atividades de gestão relativas a candidaturas/projetos da SGETD, no âmbito da AT do COMPETE 2020; - Recolha, preparação e reporte da informação financeira, bem como de outra informação necessária, gestão e execução de projetos de que o COMPETE 2020 seja Beneficiário (INNPROVEMENT).
---	-------------	--

ANEXO II

Condições mínimas dos recursos a alocar

Lote	Designação	Requisitos necessários
Lote 1	Auditoria	- Licenciatura em Gestão, Auditoria ou Economia; - Experiência em fundos comunitários; - Conhecimento normativo e regulamentar do funcionamento dos fundos comunitários em particular FEDER , FSE e Fundo de Coesão e sua aplicação pratica; - Análise e acompanhamento financeiro dos projetos financiados; - Domínio avançado de ferramentas informáticas (word, Excel, PowerPoint); - Conhecimentos e utilização do Sistema de Informação do FSE; - Conhecimentos e utilização do Sistema Operacional dos SI (SGO); - Bons conhecimentos na Língua Inglesa; - Bons conhecimentos em Contratação Publica.
Lote 2	Planeamento e Monitorização	- Licenciatura em Economia, Gestão, Auditoria ou Administração Pública; - Conhecimentos em análise de bases de dados complexas e análise financeira e tratamento de indicadores empresariais; - Experiência em serviços semelhantes; - Bons conhecimentos na Língua Inglesa.
Lote 3	Informática	- Licenciatura em Engenharia; - Conhecimentos em sistemas operativos nomeadamente AIX, WINDOWS e LINUX; - Conhecimentos em gestão de Bases de Dados (MS SQL SERVER, MySQL, IBM/INFORMIX, ORACLE, DB2 ou outras em ambientes open source); - Conhecimentos na gestão e configuração de redes locais e equipamentos ativos e de comunicações, tais como Routers, Firewalls, Switch; - Conhecimentos de gestão de servidores virtuais de preferência em ambiente VMWare; - Conhecimentos de Web Servers, MS IIS e Apache; - Conhecimentos em gestão de parque informático de PC'S Experiência na administração de redes Microsoft; - Conhecimentos na administração de rede de telefonia IP nomeadamente na gestão do equipamento Cisco Unified Connection Manager ou sistema semelhante. - Experiência em serviços semelhantes.
Lote 4	Comunicação	- Licenciatura em Gestão da Comunicação, Jornalismo ou Comunicação Social; - Experiência em Fundos Comunitários; - Conhecimentos na gestão de páginas de redes sociais e de sítios web; - Competências de IT (Outlook, Office, Excel, PowerPoint); - Capacidade de organização e de trabalho em equipa; - Motivação, dinamismo e espírito de iniciativa; - Boa capacidade de comunicação em Português e Inglês.
Lote 5	Áreas Operacionais	- Licenciatura em Direito, Gestão, Contabilidade ou Engenharia; - Experiência em Fundos Comunitários; - Conhecimento do enquadramento legal no âmbito dos fundos Estruturais; - Conhecimentos nas áreas de Contratação Pública e Direito Administrativo; - Capacidade de análise, de planeamento, de organização e de trabalho em equipa; - Capacidade para exercer funções que exigem elevado grau de responsabilidade, autonomia e compromisso com o serviço.
Lote 6	Instrumentos Financeiros	- Licenciatura em Gestão de Empresas, Gestão ou Economia; - Experiência em Fundos Comunitários;

		- Conhecimentos em gestão financeira nomeadamente gestão de instrumentos financeiros de capital e/ou dívida com financiamento público (nacional ou europeu); - Conhecimento do enquadramento legal no âmbito de Auxílios de Estado e FEEL, na componente de instrumentos financeiros; - Capacidade de análise, de planeamento, de organização e de trabalho em equipa; - Capacidade para exercer funções que exigem elevado grau de responsabilidade, autonomia e compromisso com o serviço.
Lote 7	Recursos Financeiros	- Licenciatura em Gestão, Economia ou Organização de Empresas; - Experiência em Fundos Comunitários; - Conhecimentos em Instrumentos de Gestão da Administração Pública; - Conhecimentos em Contratação Pública; - Conhecimentos sobre os Sistemas de Contabilidade – Orçamental, Financeiro e de gestão – vigentes na Administração Pública.